

CEF renegocia dívida de estados

Pública

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A Caixa Econômica Federal (CEF) pretende assinar até quarta-feira desta semana os contratos de refinanciamento da dívida estadual junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), envolvendo compromissos em atraso da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Amazonas e da prefeitura de Belo Horizonte. Os contratos representam no global financiamento de Cr\$ 800 bilhões, atingindo parcelas vencidas e não pagas no período entre 30 de setembro do ano passado e 31 de dezembro deste ano.

"Estas renegociações são muito importantes para a saúde do FGTS", avaliou, na sexta-feira, o presidente da Caixa, Danilo de Castro, adiantando que a partir deste mês de dezembro já está recebendo do

Estado de São Paulo o pagamento mensal da dívida refinanciada com aquele governo. "Isto representa uma entrada de cerca de Cr\$ 220 bilhões a cada mês no caixa do Fundo de Garantia", complementou ele. A dívida de São Paulo será paga em 18 meses.

Os contratos a serem firmados nesta semana com outros quatro estados e uma prefeitura prevêem prazos de pagamento que variam de seis a 60 meses, dependendo da situação do devedor. Também os juros podem variar de 6% a 12% ao ano, acima da TR, em razão do perfil financeiro do estado.

O presidente da CEF explicou que as parcelas em atraso de estados e municípios até a posição de 30 de setembro do ano passado serão refinanciadas dentro do esquema da rolagem da dívida que a área econômica do governo vem negociando com os secretários

de Fazenda estaduais. A dívida geral destes municípios com a CEF, incluindo as pendências com o FGTS, é de cerca de Cr\$ 130 trilhões.

A dívida vencida com o FGTS está calculada em torno de Cr\$ 25 trilhões, dos quais quase a metade representa parcela não quitada até 30 de setembro de 1991.

O presidente da CEF adiantou que uma das maiores preocupações da atual administração da instituição é dar total transparência ao FGTS e já adianta que, a partir de abril, deve entrar em funcionamento uma nova sistemática pela qual os extratos das contas serão enviados diretamente para a casa de cada trabalhador.

Junto com os desembolsos de recursos do FGTS destinados ao financiamento habitacional para a baixa renda, a CEF está se utilizando de um reforço obti-

do junto ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Em novembro, do total de Cr\$ 760 bilhões liberados, Cr\$ 360 bilhões saíram do Fundo de Garantia e uma parcela de Cr\$ 400 bilhões saiu do FDS. Também em dezembro a Caixa vai-se utilizar de mais Cr\$ 400 bilhões para direcionamento ao crédito habitacional. Em janeiro, a parcela restante de Cr\$ 200 bilhões, deve representar Cr\$ 300 bilhões com a correção monetária.

Danilo de Castro revelou que a instituição não tem hoje disponibilidade de recursos próprios para reabrir o financiamento à compra da casa própria, lembrando que está cumprindo o antigo aviso 1.070, de 20 de julho deste ano, enviado pelo ex-ministro da economia, Márcio Marques Moreira, à administração anterior da caixa, que nunca tomou conhecimento das recomendações.